

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para o serviço de ALUGUEL DE CAMINHÕES, MÁQUINAS, TRATORES E EQUIPAMENTOS, para atender as necessidades das Secretarias de Infraestrutura e Logística, Obras e Serviços públicos, bem como as Subprefeituras, pelo período de 1(um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como as demais nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria de Infraestrutura e Logística
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do art. 28, I c/c art. 17, § 2º c/c art.78, IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 3º, I, do Decreto Federal nº 11.462/2023 até que sobrevenha regulamentação municipal.
1.4	Período:	1 (um) ano
1.5	Tipo:	Menor preço global nos termos da Lei 14.133/2021

1.6 Serviço de ALUGUEL DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, para atender as necessidades das Secretarias de Infraestrutura e Logística, Obras e Serviços públicos, bem como as Subprefeituras, pelo período de 1(um) ano.

GLOBAL POR LOTE					
LOTE	ITEM	CATMAT/ CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE HORA	HORAS
01	1	25089	Caminhão basculante, no toco, capacidade de 7,5T, inclusive com motorista e combustível.	HORA PRODUTIVA	12.000
	2	25089	Caminhão basculante, no toco, capacidade de 7,5T, inclusive com motorista e combustível.	HORA IMPRODUTIVA	3.600
	3	25089	Caminhão Basculante do tipo médio-pesado, trucado, capacidade 12,00m³, inclusive motorista e combustível.	HORA PRODUTIVA	4.000
	4	25089	Caminhão Basculante do tipo médio-pesado, trucado, capacidade 12,00m³, inclusive motorista e combustível.	HORA IMPRODUTIVA	1.200
	5	25089	Caminhão com carroceria fixa, no toco, capacidade de 7.5T, inclusive com motorista e combustível.	HORA PRODUTIVA	1.000
	6	25089	Caminhão com carroceria fixa, no toco, capacidade de 7.5T, inclusive com motorista e combustível.	HORA IMPRODUTIVA	300
	7	25089	Carreta para transporte pesado, capacidade para carga útil de 30T, inclusive motorista e combustível.	HORA PRODUTIVA	800
	8	25089	Carreta para transporte pesado, capacidade para carga útil de 30T, inclusive motorista e combustível.	HORA IMPRODUTIVA	240
	9	25089	Distribuidor (espargidor) de asfalto (BMB), motor diesel, potência de 92CV e capacidade aproximada do	HORA PRODUTIVA	2.200

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

			tanque de 10.000 litros, inclusive com operador e combustível.		
	10	25089	Distribuidor (espargidor) de asfalto (BMB), motor diesel, potência de 92CV e capacidade aproximada do tanque de 10.000 litros, inclusive com operador e combustível.	HORA IMPRODUTIVA	660
	11	25089	Escavadeira hidráulica, motor diesel com 111CV aproximadamente, capacidade de 0,78m³, profundidade de escavação máxima de 6,6m, com braços articulados, braço intermediário ajustável em 3 posições, inclusive operador e combustível.	HORA PRODUTIVA	1.800
	12	25089	Escavadeira hidráulica, motor diesel com 111CV aproximadamente, capacidade de 0,78m³, profundidade de escavação máxima de 6,6m, com braços articulados, braço intermediário ajustável em 3 posições, inclusive operador e combustível.	HORA IMPRODUTIVA	540
	13	25089	Escavadeira hidráulica de esteira braço alongado (modelo long reach), com peso operacional em torno de 23T, motor diesel em torno de 160CV, caçamba com capacidade aproximada de 0,55m³, altura da escavação máxima aproximada de 15m e profundidade de escavação máxima aproximada de 12m, inclusive operador e combustível.	HORA PRODUTIVA	1.800
	14	25089	Escavadeira hidráulica de esteira braço alongado (modelo long reach), com peso operacional em torno de 23T, motor diesel em torno de 160CV, caçamba com capacidade aproximada de 0,55m³, altura da escavação máxima aproximada de 15m e profundidade de escavação máxima aproximada de 12m, inclusive operador e combustível.	HORA IMPRODUTIVA	540
	15	25089	Motoniveladora, motor diesel de 125CV, inclusive operador e combustível	HORA PRODUTIVA	3.000
	16	25089	Motoniveladora, motor diesel de 125CV, inclusive operador e combustível	HORA IMPRODUTIVA	900
	17	25089	Retro-escavadeira/carregadeira, motor diesel em torno de 75cv, capacidade da caçamba de 0,76m³, profundidade de escavação máxima de 4,00m, inclusive operador e combustível.	HORA PRODUTIVA	10.000
	18	25089	Retro-escavadeira/carregadeira, motor diesel em torno de 75cv, capacidade da caçamba de 0,76m³, profundidade de escavação máxima de 4,00m, inclusive operador e combustível.	HORA IMPRODUTIVA	3.000
	19	25089	Rolo compactador tandem, de 6 a 9T, motor diesel de 55cv, inclusive com operador e combustível.	HORA PRODUTIVA	3.000
	20	25089	Rolo compactador tandem, de 6 a 9T, motor diesel de 55cv, inclusive com operador e combustível.	HORA IMPRODUTIVA	900
	21	25089	Trator de esteiras com motor diesel em torno de 140cv, com lâmina de 2330kg, inclusive operador e combustível.	HORA PRODUTIVA	1.500
	22	25089	Trator de esteiras com motor diesel em torno de 140cv, com lâmina de 2330kg, inclusive operador e combustível.	HORA IMPRODUTIVA	450
	23	25089	Mini pá carregadeira, de rodas, carga operacional em	HORA PRODUTIVA	8.000

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

			torno de 629kg, altura de descarga aproximada de 2,40m, inclusive operador e combustível.		
	24	25089	Mini pá carregadeira, de rodas, carga operacional em torno de 629kg, altura de descarga aproximada de 2,40m, inclusive operador e combustível.	HORA IMPRODUTIVA	2.400
	25	25089	Hidrojato conjugado com sucção através de vácuo, compressor acionado por tomada de força tipo rotativo e com jogo mangueiras para captação de 6" e 8", através de braço rotativo, tanque de armazenamento de 12.000l, inclusive motorista e combustível.	HORA PRODUTIVA	1.500
	26	25089	Hidrojato conjugado com sucção através de vácuo, compressor acionado por tomada de força tipo rotativo e com jogo mangueiras para captação de 6" e 8", através de braço rotativo, tanque de armazenamento de 12.000l, inclusive motorista e combustível.	HORA IMPRODUTIVA	450
	27	25089	Caminhão Pipa com: Barra de irrigação traseira; Mangueira auxiliar de limpeza; Rabo de pavão (aspersor traseiro - bico de pato); Aspersor de limpeza frontal; Bomba centrífuga multiplicada; Sistema de sucção inclusive motorista e combustível, inclusive motorista e combustível.	HORA PRODUTIVA	2.200
	28	25089	Caminhão Pipa com: Barra de irrigação traseira; Mangueira auxiliar de limpeza; Rabo de pavão (aspersor traseiro - bico de pato); Aspersor de limpeza frontal; Bomba centrífuga multiplicada; Sistema de sucção inclusive motorista e combustível, inclusive motorista e combustível	HORA IMPRODUTIVA	660
	29	25089	Caminhão Comboio Melosa; capacidade de abastecimento de 5.000l de diesel; 5 und de compartimento pressurizado para óleo de motor e hidráulico de 200l cada; capacidade para água com alta pressão de 1.000l; 1 (um) compartimento pressurizado para graxa; compartimento para óleo queimado de 250l; compartimento para ferramentas; tanque pressurizados para água ou aditivo de 250l, compressor de ar, inclusive motorista e combustível.	HORA PRODUTIVA	2.200
	30	25089	Caminhão Comboio Melosa; capacidade de abastecimento de 5.000l de diesel; 5 und de compartimento pressurizado para óleo de motor e hidráulico de 200l cada; capacidade para água com alta pressão de 1.000l; 1 (um) compartimento pressurizado para graxa; compartimento para óleo queimado de 250l; compartimento para ferramentas; tanque pressurizados para água ou aditivo de 250l, compressor de ar, inclusive motorista e combustível.	HORA IMPRODUTIVA	660

1.7 Para quantidade de horas contratadas, poderão ser solicitadas as quantidades de equipamentos a seguir:

ITEM	EQUIPAMENTOS	UNIDADE	QUANTIDADE
------	--------------	---------	------------

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

01	Caminhão basculante, no toco, capacidade de 7,5T, inclusive com motorista e combustível.	UN	10
02	Caminhão Basculante do tipo médio-pesado, trucado, capacidade 12,00m³, inclusive motorista e combustível.	UN	4
03	Caminhão com carroceria fixa, no toco, capacidade de 7.5T, inclusive com motorista e combustível.	UN	2
04	Carreta para transporte pesado, capacidade para carga útil de 30T, inclusive motorista e combustível.	UN	1
05	Distribuidor (espargidor) de asfalto (BMB), motor diesel, potência de 92CV e capacidade aproximada do tanque de 10.000 litros, inclusive com operador e combustível.	UN	1
06	Escavadeira hidraulica, motor diesel com 111CV aproximadamente, capacidade de 0,78m³, profundidade de escavação máxima de 6,6m, com braços articulados, braço intermediário ajustável em 3 posições, inclusive operador e combustível.	UN	2
07	Escavadeira hidraulica de esteira braço alongado (modelo long reach), com peso operacional em torno de 23T, motor diesel em torno de 160CV, caçamba com capacidade aproximada de 0,55m³, altura da escavação máxima aproximada de 15m e profundidade de escavação máxima aproximada de 12m, inclusive operador e combustível.	UN	2
08	Motoniveladora, motor diesel de 125CV, inclusive operador e combustível	UN	2
09	Retro-escavadeira/carregadeira, motor diesel em torno de 75cv, capacidade da caçamba de 0,76m³, profundidade de escavação máxima de 4,00m, inclusive operador e combustível.	UN	8
10	Rolo compactador tandem, de 6 a 9T, motor diesel de 55cv, inclusive com operador e combustível.	UN	2
11	Trator de esteiras com motor diesel em torno de 140cv, com lâmina de 2330kg, inclusive operador e combustível.	UN	2
12	Mini pá carregadeira, de rodas, carga operacional em torno de 629kg, altura de descarga aproximada de 2,40m, inclusive operador e combustível.	UN	4
13	Hidrojato conjugado com sucção através de vácuo, compressor acionado por tomada de força tipo rotativo e com jogo mangueiras para captação de 6" e 8", através de braço rotativo, tanque de armazenamento de 12.000l, inclusive motorista e combustível.	UN	2
14	Caminhão Pipa com: Barra de irrigação traseira; Mangueira auxiliar de limpeza; Rabo de pavão (aspersor traseiro - bico de pato); Aspersor de limpeza frontal; Bomba centrífuga multiplicada; Sistema de sucção.	UN	2
15	Caminhão Comboio Melosa; capacidade de abastecimento de 5.000l de diesel; 5 und de compartimento pressurizado para óleo de motor e hidráulico de 200l cada; capacidade para água com alta pressão de 1.000l; 1 (um) compartimento pressurizado para graxa; compartimento para óleo queimado de 250l; compartimento para ferramentas; tanque pressurizados para água ou aditivo de 250l, compressor de ar.	UN	1

1.8 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos da Orientação Normativa AGU nº 54/2014, para efeito de utilização da modalidade pregão.

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

1.9 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746/2022.

1.10 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 1.615/2024.

1.11 O prazo da vigência da ATA é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme art. 84 da Lei Federal de nº 14.133/2021.

1.12 O prazo da contratação será de 1 (um) ano a partir da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente por igual período não ultrapassando o período de 10 (dez) anos, conforme art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Município de Nova Friburgo possui 933.414 km² dividido em zona urbana, zona rural e uma vasta área de preservação, devido as suas inúmeras montanhas e mata atlântica. As estradas vicinais do município são de grande importância para o escoamento da produção agrícola do município, que é um dos maiores do estado em produção de hotifrutigranjeiros. O tamanho territorial do município, a topografia acidentada, loteamentos e bairros localizados em morros e área rural extensa, ajuda a entender a dificuldade de realizar serviços de reparos, limpeza, manutenção preventiva das vias, entre outros.

Desde o trágico evento climático ocorrido em Nova Friburgo em janeiro de 2011, o município convive com problemas estruturais que ainda não foram solucionados, devido as complexidades existentes. Junto a este problema, a frota de caminhões, máquinas, tratores e equipamentos estão envelhecidos e em quantidade insuficiente para atender toda a demanda da municipalidade. A última aquisição de veículos pesados e máquinas aconteceu em 2014 e, mesmo assim, tal aquisição não conseguiu atender todos os distritos e bairros.

Para sanar este problema que se arrasta por anos, a Prefeitura de Nova Friburgo, através do Chefe do Executivo, sancionou a Lei Municipal de nº 4.872 de 19 de abril de 2022 que: “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa FINISA - Financiamento à Infraestrutura e Saneamento, com garantia de União e dá outras providências.”

Em paralelo ao sancionamento da Lei 4.872/22, a Secretaria de Infraestrutura e Logística, através da Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, abriu Processo Administrativo de nº 24.618/2021, que dispõe sobre a aquisição de veículos e equipamentos através de OPERAÇÃO DE CRÉDITO “Empréstimo específico junto a Caixa Econômica Federal” - FINISA. Este processo seguiu os trâmites até a fase de pesquisa de preços. Agora, o mesmo encontra-se na SMVLP

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

aguardando liberação do empréstimo para prosseguimento do trâmite de empenhamento e licitação, sem data definida para conclusão do certame.

Com a paralisação do processo 24.618/2021, a Secretaria de Infraestrutura e Logística, para atender as demandas das Secretarias de Obras, Serviços Públicos e Subprefeituras, abriu Processo Administrativo de nº 1439/2022, para Registro de Preços de Contratação de empresa especializada para a locação de veículos pesados, máquinas e tratores, com motorista e operadores, para atender as demandas da municipalidade. Este processo teve a vigência de seu último contrato de nº 046/2023 até a data de 21/11/2023. Este processo foi executado em parceria com a Secretaria de Obras, Secretaria de Serviços Públicos e Subprefeituras de Conselheiro Paulino, Lumiar, Olaria e Campo de Coelho.

Neste sentido, com todas as dificuldades, por se tratar de primeira contratação deste tipo de serviço, o resultado foi satisfatório, uma vez que, as demandas da municipalidade foram realizadas e localidades que não eram atendidas há muitos anos, foram atendidas.

Antes do término do Processo Administrativo 1439/2022, a Secretaria de Infraestrutura e Logística abriu novo processo para contratação do serviço de aluguel de equipamentos, P.A. nº 8765/2023, na Lei Federal 8.666/93. Todavia, após realização de licitação, Pregão 183/2023, vários recursos de empresas participantes foram protocolizados, (30.177/2023; 30.180/2023; 30.182/2023; 30.186/2023). Após consulta a Douta Procuradoria e entendimentos do Pregoeiro da Comissão de Pregão II, chegou-se a conclusão que o Pregão 183/2023 será anulado e nova licitação será realizada, alterando alguns itens no Termo de Referência que gerou os questionamentos.

Neste sentido, com a revogação da Lei Federal nº 8.666/93 e inicialização da NLLC nº 14.133/21, esta Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados abrirá novo processo administrativo para tal contratação.

2.2 Todos os quantitativos de horas e equipamentos estão pormenorizados nos subitens 1.6 e 1.7 deste Termo de Referência e foram elaborados de acordo com o controle de ATA e dos CONTRATOS do processo 1439/2022..

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A solução como um todo está pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar - ETP, bem como no subitem 1.6 e 1.7 deste Termo de Referência.

3.2 As estimativas de quantidades para planejamento deste TR encontram-se anexadas aos autos, em planilhas de acompanhamento da ATA e dos Contratos do P.A. 1439/2022.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1 DA SUSTENTABILIDADE:

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

4.1.1.1 Os objetos da contratação deverão atender todas as normas e legislações vigentes brasileiras que visam a preservação no Meio Ambiente.

4.1.1.2 Os veículos deverão seguir as normas do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE.

4.1.1.3 Os equipamentos de Proteção Individual - EPIs deverão, sempre que possível, serem de materiais recicláveis.

4.1.2 DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO:

4.1.2.1 É vedada a subcontratação do objeto.

4.1.3 GARANTIAS DA CONTRATAÇÃO:

4.1.3.1 Não haverá exigência a garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, haja vista, o objeto da contratação não se enquadrar em nenhuma das modalidades das garantias.

4.1.4 DAS CONDIÇÕES PATRIMONIAIS DAS PARTICIPANTES:

4.1.4.1 A empresa que desejar participar do certame deverá estar ciente que, **a empresa vencedora, anteriormente a fase de homologação, deverá demonstrar documentação que comprove ser proprietário de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos itens existentes no subitem 1.7.**

4.1.4.1.1 A documentação necessária para comprovação será: CRLV ou nota fiscal dos caminhões, máquinas, tratores e equipamentos;

4.1.4.1.2 Os caminhões, máquinas, tratores e equipamentos não poderão ter mais de 10 (dez) anos de vida útil.

4.1.4.2 Os outros possíveis 50% (cinquenta por cento), dos itens não obrigatórios, conforme subitem 4.1.4.1, poderão ser locados de pessoas jurídicas ou pessoas físicas e deverão apresentar documentações a seguir:

4.1.4.2.1 A empresa vencedora do certame deverá apresentar documentação (**contrato de locação**) que comprove que realiza, com frequência, locação de equipamentos de empresas (pessoas jurídicas) ou de pessoas físicas.

4.1.4.2.2 Os equipamentos locados deverão cumprir as mesmas exigências do subitem 4.1.4.1.2.

4.1.4.2.3 Toda e qualquer despesa referente à locação de equipamentos ficará a cargo da empresa vencedora do certame.

4.1.5 DA CONTRATAÇÃO DE SEGURO



SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

4.1.5.1 A empresa vencedora do certame deverá apresentar na assinatura do contrato, documento que comprove contratação de empresa de seguro para todos os equipamentos contratados durante a vigência do contrato;

4.1.5.2 O contrato de seguro deverá cobrir as situações seguintes:

4.1.5.2.1 Segurar o motorista/operador de qualquer acidente que causar, internação, invalidez ou morte;

4.1.5.2.2 Segurar veículos de terceiros, bem como, quaisquer pessoas envolvidas no acidente que causar internação, invalidez ou morte;

4.1.5.2.3 Segurar patrimônios de terceiros (bens imóveis), haja vista, que os equipamentos prestarão serviços em áreas urbanas, movimentadas e habitadas;

4.1.5.2.4 Segurar quaisquer acidentes de servidores da municipalidade que estiverem participando dos trabalhos realizados pelos equipamentos da CONTRATADA.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Os serviços a serem contratados deverão contemplar todos os itens necessários para seu pleno funcionamento

5.2 Após a assinatura do contrato a empresa vencedora do presente certame, em prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, deverá apresentar toda frota contratada pela municipalidade, bem como, documentação dos veículos, motoristas e operadores, necessários ao cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, para execução dos serviços e operação dos veículos.

5.2.1 Entende-se como documentação necessária para cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro - CTB:

5.2.1.1 Carteira Nacional de Habilitação - CNH dos motoristas e operadores com as devidas categorias e em validade;

5.2.1.2 CRLV dos veículos vistoriado/licenciado no ano da contratação.

5.2.2 A presente contratação deverá acompanhar a manutenção dos veículos; fornecimento de peças; seguro obrigatório; seguro, conforme descrito no **subitem 4.1.5** e combustível.

5.2.2.1 **É indispensável o funcionamento dos hodômetros e dos horímetros dos equipamentos.**

5.2.3 O prazo para início dos serviços será de 48 (quarenta e oito) horas a partir da emissão da Ordem de Serviço a ser enviada pela Secretaria responsável pela execução.

5.2.3.1 O prazo que versa o item anterior poderá ser prorrogado a critério da CONTRATANTE, desde que, devidamente justificado pela CONTRATADA.

5.2.3.2 O prazo prorrogado no subitem anterior não poderá ultrapassar o período de 48 (quarenta e oito) horas do prazo de início dos serviços.

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

5.2.4 Os veículos deverão conter adesivos de identificação nas portas laterais e/ou em qualquer local dos equipamentos (máquinas e tratores), de forma visível e destacada com a logo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo com os dizeres: “A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO”.

5.2.4.1 Caso os veículos/máquinas/equipamentos sejam usados pela contratada em outros trabalhos estranhos ao uso da municipalidade, ou em contratos com terceiros, fica a contratada proibida de usar as informações de que versam o subitem 5.2.4.

5.3 Os motoristas/operadores, **juntamente com um servidor destinado pela secretaria de origem,** manterão devidamente preenchido diário de bordo (planilha de acompanhamento), a ser disponibilizado pela secretaria responsável pela realização do serviço.

5.3.1 O Diário de Bordo (planilha de acompanhamento), deverá conter: horário de início e término diário da Prestação de serviços; data; local; hodômetro; horímetro; placa do veículo ou número de identificação e demais observações necessárias, para fins de fiscalização e cálculo de horas em que o equipamento ficou à disposição da municipalidade;

5.3.2 Ficará a cargo do servidor a conferência das informações anotadas, sendo o mesmo responsável pelos dados contidos no diário de bordo;

5.3.3 Após conferência, o servidor e o motorista/operador, assinarão os diários de bordo.

5.4 Em caso de quebra, avaria ou qualquer outro advento que impeça o veículo/equipamento de funcionar a CONTRATADA deverá seguir as seguintes determinações:

5.4.1 Comunicar o fiscal do contrato o problema ocorrido no veículo/equipamento e qual solução será tomada para a resolver o problema em até 12 (doze) horas;

5.4.2 Após a comunicação, caso o veículo/equipamento fique mais de 5 (cinco) dias corridos na oficina para reparo, a CONTRATADA deverá disponibilizar outro veículo/equipamento com as mesmas características do veículo/equipamento danificado, em até 48 (quarenta e oito) horas.

5.4.3 O não cumprimento do subitem 5.4.2 acarretará em advertência, multa ou até mesmo no cancelamento do contrato.

5.5 No caso da ocorrência de apreensão do veículo, as despesas decorrentes da retirada, guincho e outras, correrão por conta da CONTRATADA

5.6 A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas referente a vale-transporte, vale-alimentação, encargos sociais, uniformes completos que incluem EPIs, ferramental básico e todos os insumos necessários para desempenho dos seus colaboradores.

5.6.1 Todos os profissionais que forem contratados junto à locação dos equipamentos, deverão receber uniformes completos que incluem EPI, ferramental básico e todos os insumos necessários para o bom desempenho das funções.

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

5.7 A CONTRATADA prestará o serviço de acordo com todas as Leis Federais, Estaduais e Municipais, bem como, regulamentações dos órgãos fiscalizatórios.

5.8 DOS DIAS E HORÁRIOS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

5.8.1 Os veículos poderão ser utilizados em dias úteis, no horário compreendido entre 07h e 18h:

5.8.1.1 A empresa prestará o serviço de acordo com o horário de funcionamento de cada órgão, tais quais, administrações de bairro, subprefeituras e demais setores subordinados as secretarias requerentes do presente objeto.

5.8.1.2 Excepcionalmente, os equipamentos poderão ficar à disposição do Município, em finais de semanas e feriados, bem como em períodos noturnos, em casos de calamidade, ou em casos que a administração municipal julgue necessário, desde que devidamente justificados.

5.8.2 Em situações em que a administração municipal requerer os equipamentos no que diz o subitem 5.8.1.2, a empresa vencedora deverá:

5.8.2.1 Deixar de sobreaviso um número de motoristas/operadores e de equipamentos para atender a municipalidade;

5.8.2.2 A CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA com antecedência a quantidade de motorista/operadores e equipamentos ficarão de sobreaviso;

5.8.3 A medição das horas dos equipamentos e motoristas/operadores que estiverem em sobreaviso se dará da seguinte maneira:

5.8.3.1 O período em que os equipamentos e motoristas/operadores estiverem de sobreaviso, a marcação da planilha se dará nas horas improdutivas.

5.8.3.2 O período em que os equipamentos e motoristas/operadores estiverem a campo trabalhando, a marcação das planilhas se dará nas horas produtivas

5.8.4 Os períodos em que equipamentos estiverem parados por motivos climáticos (chuva), a medição se dará nas horas improdutivas;

5.8.5 Se um equipamento quebrar e paralisar todos os serviços, todos os equipamentos locados, inclusive o equipamento quebrado, a administração pública ficará isento de marcação das planilhas e do pagamento.

5.8.6 A empresa vencedora do certame deverá disponibilizar um local (terreno, galpão), de fácil acesso, para ser a base dos equipamentos contratados pela municipalidade.

5.8.6.1 Em caso de os equipamentos estiverem operando em localidades distantes, os mesmos poderão pernoitar em imóveis públicos (subprefeituras, escolas, postos de saúde), para segurança do bem e para agilidade na locomoção, desde que autorizado pelo responsável.

5.8.6.2 Nos casos decorrentes do subitem 5.8.6.1, o município ficará isento de quaisquer adventos, avarias, danos, roubos etc, que sobrevier sobre os equipamentos da CONTRATADA.

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

5.9 LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.9.1 A prestação do serviço se dará em todo o território geográfico do Município de Nova Friburgo.

5.9.2 Excepcionalmente, desde que devidamente justificado, os veículos poderão sair dos limites do município de Nova Friburgo, previamente autorizados pela Secretaria responsável, estritamente para atendimento a demanda de interesse do município, vedada a utilização para fins particulares ou por terceiros.

5.9.2.1 No caso de necessidade de deslocamento para outros municípios, os mesmos serão prestados dentro do mesmo valor estipulado na licitação, sem ônus para o município.

5.9.2.2 Caso esse deslocamento para outro município seja em área de pedágio, o pagamento ocorrerá às expensas da contratada.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

6.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

6.5 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

6.6 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.10 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.11 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Clayton Munier Coelho	100.715	Gestor titular Sec. Obras
Matheus Barcelos Pessanha Macedo	62.379	Gestor substituto Sec. Obras
Jeferson Pires Aragão	62.039	Fiscal titular Sec. Obras
Junior da Silva dos Santos	100.644	Fiscal Substituto Sec. Obras
Guilherme Elias Martins	063.141	Fiscal Titular Sec. Serv. Públicos
Jackson Braga da Silveira	062.887	Fiscal Substituto Sec. Serv. Públicos
Alan F. Correa	105.871	Fiscal Titular Sec. Infraestrutura
Márcio André de Freitas Silva	115.190	Fiscal Substituto Sec. Infraestrutura

6.12 O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

6.15 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à CONTRATADA;

6.16.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 A nota fiscal deverá ser emitida em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

7.2 DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA

7.2.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

7.3 DO PAGAMENTO DA DESPESA:

7.3.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

7.3.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido.

7.3.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

7.3.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, I c/c art. 17, § 2º c/c art. 78, IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 3º, I, do Decreto Federal nº 11.462/2023.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica;

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

dezembro 1971.

i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.12.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.2.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.2.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.2.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.12.3 Qualificação econômico-financeira:

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

c) Índice de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante)

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.

d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

- e) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- f) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.12.4 Qualificação técnica:

8.12.4.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.12.4.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.12.4.3 As certidões ou atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

8.12.4.4 Parcelas de maior relevância:

- Item 01 - CAMINHÃO BASCULANTE, no toco, capacidade de 7,5T, inclusive com motorista e combustível. (pelo menos 6.000 horas).
- Item 15 - MOTONIVELADORA, motor diesel de 125CV, inclusive operador e combustível. (pelo menos 1.500 horas).
- Item 17 - RETRO-ESCAVADEIRA/CARREGADEIRA, motor diesel em torno de 75cv, capacidade da caçamba de 0,76m³, profundidade de escavação máxima de 4,00m, inclusive operador e combustível. (pelo menos 5.000 horas).

8.12.4.5 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.12.4.6 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

8.12.4.7 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.12.4.8 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.12.4.9 - Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, objeto da presente licitação (Modelo do próprio licitante).

8.12.4.10 - Declaração de disponibilidade permanente de garagem e oficina adequadamente aparelhada, para atendimento dos serviços de manutenção e circulação da frota (Modelo do próprio licitante).

8.12.4.11 - Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

8.12.4.12 - As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art.58 da Lei 11.101/2005).

8.12.4.13 - Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

8.12.4.14 - A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.12.4.15 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços, salvo todas recomendações listadas no subitem 4.1.4;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

- 10.1.1.10** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.1.11** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.1.12** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.2** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 10.3** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:
 - 10.3.1** Advertência;
 - 10.3.2** Multa;
 - 10.3.3** Impedimento de licitar e contratar;
 - 10.3.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.4** Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;
- 10.5** Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;
- 10.6** Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- 10.7** Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- 10.8** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;
- 10.9** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;
- 10.10** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;
- 10.11** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

SUBSECRETARIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O**
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Gilcimar Cabral

Secretária Municipal de Infraestrutura e Logística
Matr.: 100.719

Bernardo Coelho Verly

Secretário Municipal de Obras
Matr.: 62009

Marcelo da Silva Pereira

Secretário Municipal de Serviços Públicos
Matr.: 100530